HISTÓRIA DO BRASIL

QUESTÃO 1

Disserte acerca das relações entre a Inglaterra e o Brasil no período compreendido entre 1808 e 1831.

Extensão do texto: máximo de 90 linhas
[valor: 30 pontos]

GUILHERME RAFAEL RAICOSKI (30/30)

As relações entre Brasil e Inglaterra durante o período joanino e o Primeiro Reinado tiveram em comum uma dinâmica enquadrada em uma lógica de dependência assimétrica. O determinante fundamental para a estruturação de uma lógica claramente de centro e periferia, para além do evidente desequilíbrio de poder entre as partes, foi o interesse das elites dirigentes nacionais em manter a continuidade dinástica em contextos de instabilidade. Em ambos os contextos, a dinâmica foi marcada por concessões da América Portuguesa e do Brasil à Inglaterra em favor da manutenção dinástica dos Bragança à frente do Estado em processo de emancipação, com escassos ensaios de autonomia, fatores que implicaram a periferização do Brasil e sua inclusão na órbita de influência direta do Império Britânico.

O processo de reprodução da relação de dependência Inglaterra-Portugal para os vínculos Inglaterra-Brasil, que seria a marca de todo o Brasil Imperial, teve início por condicionantes das disputas de poder europeias, em particular as Guerras Napoleônicas. O dilema posto ao regente Dom João VI apresentou-se com a escolha difícil entre respeitar o Bloqueio Continental imposto pela França e encarar provável ruína econômica devido à sua satelitização econômica em relação à Inglaterra, ou manter o comércio com o Império Britânico e enfrentar possível invasão e derrubada da dinastia de Bragança. A solução encontrada foi a transmigração da Corte, que se instalaria no Rio de Janeiro, sob os amparos e proteções da esquadra inglesa. A contrapartida pretendida por George Canning, à frente dos negócios estrangeiros britânicos, seria o acesso direto ao mercado da América Portuguesa via um porto de comércio exclusivo, preferencialmente na região de Santa Catarina. Dom João, cioso de criar tal vínculo preferencial, decide uma solução de caráter mais autônomo, de cunho liberal, ao decidir, em escala em Salvador, pela abertura dos portos do Brasil a todas as nações “amigas”, orientado pelos conselhos smithianos de José da Silva Lisboa.

Não obstante esse ensaio autônomo, sua efemeridade seria determinada pela posição de fragilidade portuguesa. Os plenipotenciários de Canning, buscando a contrapartida pela continuidade da dinastia Bragança, arrancaram aos negociadores portugueses os tratados de 1810. Estes inauguraram a relação de tratados desiguais que seria a marca do processo de independência do Brasil entre 1808 e 1831. Os produtos ingleses teriam acesso ao mercado brasileiro mediante pagamento de tarifa “ad valorem” de apenas 15%, inferior à taxa de 16% sobrada de produtos fretados por navios portugueses. Ainda, criaram-se direitos de extraterritorialidade, em que a soberania de Bragança sobre a América Portuguesa seria flexibilizada, pois súditos ingleses contariam com jurisdição de tribunais ingleses, escapando à competência jurisdicional lusa. Por fim, marca-se o início da cruzada inglesa contra o tráfico de escravos africanos, ao se iniciar processo, complementado no contexto do Congresso de Viena, em que Portugal deveria se abster de promover tráfico no Atlântico norte e em territórios da costa da África que não estivessem sob soberania do Império Português.

No contexto americano, as expedições militares de Dom João em represália ao eixo Paris-Madri contaram com posicionamentos diversos do ingleses. Estes apoiaram a ocupação de Caiena, que furtou o acesso francês à Bacia Amazônica, mas foram menos entusiastas das duas intervenções contra Artigas na Banda Oriental e se opuseram à incorporação da Bacia Cisplatina em 1821. Tal incorporação revela algum espaço para conduções dos negócios externos de Bragança, por expressar o interesse histórico em garantir acesso à navegação do Prata. No Congresso de Viena, em que Castlereagh consegue levar os portugueses à mesa secundária das potências em concertação, por influência britânica para garantir o princípio da legitimida-

de, Portugal restitui Caiena à dinastia Bourbon reinstaurada e logra, com apoio inglês, elevar a colônia ao patamar de Reino Unido a Portugal e Algarve.

Os desafios ensejados pela rebelião liberal do Porto, no contexto da primeira leva da Era das Revoluções descrita por Eric Hobsbawn, obrigam o retorno de D. João VI a Portugal e precipitam uma ruptura política até então inesperada e indesejada pelas elites brasileiras associadas aos cortesões da metrópole interiorizada. Após breve guerra de independência, em que houve larga participação de mercenários britânicos, a questão fundamental que se impunha era o reconhecimento da independência sob a soberania de Dom Pedro. A historiografia, em vertente endossada por Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, costuma indicar que a independência já se encontrava consolidada não apenas pelos esforços nacionais e pelo consenso conjuntural intraelites em favor de Dom Pedro, mas pelo interesse inglês na independência brasileira, vez que implicaria acesso direto à porção mais rica do Império Português sem mais nenhum constrangimento implícito à relação com os lusos. Dom Pedro alijou as elites nacionais do processo de negociação da independência ao afastar José Bonifácio e manter o Parlamento fechado até 1826, fazendo concessões extremas aos plenipotenciários de Canning, novamente à frente dos negócios estrangeiros. Estes serviram como representantes de Portugal e negociaram o tratado de 1825 entre Brasil e Portugal, que previu: indenização de 2 milhões de libras; o conceito de que a independência fora concessão, e não conquista; o compromisso em não buscar anexar territórios lusos na África; e a manutenção do título de imperador para Dom João. A contrapartida exigida pela Inglaterra consubstanciou-se nos tratados de 1827, em que as preferências tarifárias que inundaram o Brasil com têxteis ingleses nos 17 anos anterior foram reafirmados por mais 15 anos e em que o Brasil assumiu o compromisso de eliminar o tráfico de escravos até 1830. As medidas foram insidiosas para o interesse nacional conforme interpretado pelas elites, pois gerava a perspectiva de estrangulamento da principal oferta de mão de obra e a realidade de que a receita do Estado, à época advindas principalmente de tarifas alfandegárias, seria reduzida. Gera-se, assim, um dos paradoxos fundamentais da estratégia externa de Dom Pedro: ao subordinar os interesses da elite nacional à sua leitura de inexorabilidade do reconhecimento inglês a qualquer custo em favor da manutenção do trono para os Bragança, Dom Pedro corroeu sua base de apoio entre as elites, fato que precipitou sua renúncia em 7 de abril de 1831.

Outro fato que contou com protagonismo inglês foi a mediação na Guerra da Cisplatina. O conflito entre Brasil e Províncias Unidas, iniciado a partir do apoio buenairense aos “33 orientales” que declararam o desejo de vincular a Cisplatina às Províncias Unidas no Congresso da Flórida, contou com participação massiva dos mercenários ingleses em ambos os lados, além de desorganizar o comércio inglês com ambos os países. O impasse na guerra levou a Inglaterra a mediar, exitosamente, a Convenção Preliminar de Paz de 1828, em que se garantiu a livre navegação do Prata e a independência uruguaia, que seria, em palavras atribuídas ao plenipotenciário inglês, um “algodão entre dois cristais”.

As relações entre 1808 e 1831 de Brasil e Inglaterra foram marcadas pela continuidade nas relações de dependência, ensejadas, sobretudo, pela continuidade na estratégia externa dos Bragança em submeter o país à tutela inglesa com vistas à continuidade da Coroa. Não obstante, os efeitos negativos para as elites nacionais decorrentes desses arranjos foram, justamente, a raiz do colapso de legitimidade que levou à entrópica Regência.

PEDRO MEIRELLES REIS SOTERO DE MENEZES (28/30)

Tanto Portugal quanto mais tarde o Brasil independente mantiveram relação próxima, porém marcada por tensões e pela dependência, com a Inglaterra nos 23 anos que seguiram à chegada da família real à América. A dependência, no plano externo, teve origem principalmente na configuração econômica de Portugal e do Brasil, sobremaneira dependentes das rotas do Atlântico para sua inserção internacional e para a viabilização de sua produção. Houve, no entanto, episódios constantes de tensão entre esta dependência estrutural e esforços para resisti-la e minorá-la.

O Estado português, no início do século XIX, é financeiramente dependente das rendas tributárias e do comércio oriundos de sua colônia americana. Em um contexto de polarização do sistema europeu entre Inglaterra e França, a elite portuguesa se vê dividida entre "anglófilos" e "francófilos", e pressionada fortemente pelas potências rivais. Com o Decreto de Berlim de 1806 e o Bombardeio de Copenhagen pelo Almirante Nelson, França e Inglaterra deixam claro que não aceitarão neutralidade ou ambiguidade em seus sistemas de alianças. Com a revelação do tratado de Fontainebleu, que previa o desmembramento de Portugal entre França, Espanha e Manuel de Godoy e a permissão de passagem de tropas francesas pela Espanha, a facção anglófila, liderada pelo Conde da Barca, vence o debate interno e é decidida a transferência da corte para o componente dinâmico do Império: o Brasil. Tal escolha implica em um aprofundamento da dependência para com a Inglaterra, pois é a única fiadora de um traslado seguro e de um possível retorno à Europa.

Meros dias após a chegada em Salvador, no entanto, Dom João VI ensaia movimento de independência, ainda que não de resistência explícita, em relação ao domínio inglês: a abertura dos portos. Assessorado ainda no trânsito pelo Conde de Belas e, na chegada, pelo futuro Visconde de Cairú, o príncipe regente decide empreender abertura de comércio no Brasil a todas as nações amigas em regime de tarifas igualitárias e relativamente baixas. Alguma forma de abertura era, certamente, inevitável, pois uma manutenção do exclusivo comercial sem o eixo metropolitano implicaria um fechamento total do Império Português ao comércio. A forma como se deu esta iniciativa, no entanto, estava longe de ser pré-determinada, e não agradou aos interesses ingleses. Não tardou para que os efeitos da insatisfação inglesa se fizesse sentir. Desde a sua chegada no Rio de Janeiro o ministro inglês Strangford aplica enorme pressão à corte portuguesa que, ciente de suas limitações, cede em 1810. Assinam-se neste ano um tratado de aliança, um comercial e um, menos importante, sobre o envio de paquetes entre os dois países. As disposições favoráveis à Inglaterra são extensas: teria ela tarifa de 15% na importação de seus produtos (frente a 24% de outras nações e 16% de Portugal); humilhante extraterritorialidade, na figura do Juiz Conservador da Nação Inglesa; o direito de atracar e cortar madeira na costa brasileira e outras ainda. As disposições em favor de Portugal se resumiram, em verdade, ao reconhecimento da casa de Bragança como única representante do império português, em uma clara preponderância de interesses dinásticos sobre políticas de Estado, algo repetido em certa medida no processo de independência, como veremos adiante.

Apesar deste reforço da supremacia inglesa, Dom João percebe no Brasil uma base para ação autônoma, promovendo a reforma e a criação de instituições estatais no Brasil, “interiorizando” a metrópole na América. A elevação do Brasil a Reino Unido em 1815 e o expansionismo na bacia do Prata atestam este viés dinâmico e independente. Este ímpeto, no entanto, será tolhido pela Revolução Liberal do Porto, em 1820. Dentre os fatores responsáveis pelo movimento, certamente a relação com a Inglaterra é um dos mais fortes: a burguesia comercial que agora se revoltava havia sido o setor mais prejudicado pelo predomínio comercial inglês no Brasil, e enquanto Dom João VI promovia o adensamento institucional do Brasil, Portugal era, de fato, governado pelo representante inglês – Lord Beresford. Sob pressão no Rio de tropas leais às cortes e sem controle sobre Portugal, Dom João parte para Lisboa, deixando seu primogênito no Brasil, como proteção à dinastia frente a qualquer “aventureiro” – iniciativa apoiada pela Inglaterra.

As tensões da corte resultam na proclamação da independência e, com ela, novo reforço da supremacia inglesa. Para existir politicamente, o novo país precisaria do reconhecimento da grandes potências da época. Mas, para além disso, sua sobrevivência econômica dependia da exportação e, portanto, da Inglaterra,, que detinha a maior armada mercante e de guerra. O caso das negociações para a independência brasileira é único, pois tratou-se de relação tripartite. AA Inglaterra era a maior interessada em um reconhecimento célere, pois desde o bloqueio continental o Brasil era um mercado importantíssimo. Pelo tratado de 1810, no entanto, dependia do reconhecimento português para que pudesse também fazê-lo. Em um primeiro momento José Bonifácio, Ministro da Guerra e dos Estrangeiros, empreende negociação com base em política de Estado, sendo intransigente com as demandas excessivas de Portugal Inglaterra. Segundo Rubens Ricupero, o estadista estava ciente de que motivos de ordem econômica e o vencimento, em 1817, das disposições de 1810, impeliriam a Inglaterra a reconhecer, eventualmente, o Brasil. Sua queda, no entanto, resulta em controle mais direto, por parte de Pedro I, das negociações, e e com a isso a colocação de interesses dinásticos em pauta. O impasse entre Brasil e Portugal é quebrado por intermédio de Charles Stuart, diplomata inglês a serviço de Portugal. Com esta mudança de postura o Brasil aceita termos extremamente favoráveis tanto a Portugal quanto à Inglaterra, que consegue uma transferência sem sobressaltos do domínio que tinha sobre a metrópole para o novo país. O Brasil assumiria a dívida vultuosa de Portugal com bancos ingleses, reconheceria e renovaria os compromissos comerciais de 1810 e se comprometeria a abolir o tráfico de escravos em no máximo três anos. O preço cobrado pelos ingleses por uma separação sem grandes rupturas com Portugal foi considerado extremamente alto, e a queda de Pedro I reflete, em parte, uma reação da elite brasileira a estas exigências. O interesse inglês no cone sul será, ainda, a causa para a solução do Império com as Províncias Unidas do Prata ter tomado sua forma final.Em 1828, com os dois rivais exauridos militar e economicamente em sua luta pelo controle da banda oriental, foram os esforços de mediação ingleses que resultaram na criação de um Estado-tampão, o “algodão” que amorteceria tensões e atritos, na expressão de Ponsonby. A criação do Uruguai foi a solução inglesa para o bloqueio do Prata pelo Brasil e para um quadro de instabilidade e insegurança para seus comerciantes.

A exposição acima ilustra momentos de maior influência e dominância da Inglaterra, impondo seus interesses geopolíticos e econômicos, e momentos de reação e iniciativas autônomas por parte de Portugal e, mais tarde, do Brasil. A questão do comércio de escravos demonstra este contraste de forma sucinta: a edição da lei de 1831 abolindo o tráfico é uma vitória inglesa imposta a uma elite escravocrata. A não- aplicação da lei, no entanto, mostra que a elite consegue impor limites a esta influência. A progressiva solidificação institucional e a prosperidade do café possibilitarão que, ao longo do século XIX, os momentos de resistência se tornem mais coesos e constantes, culminando no rompimento de relações da questão Christie em 1863.

LETICIA DOS SANTOS MARRANGHELLO (27/30)

As relações entre Brasil e Inglaterra entre 1808 e 1831 foram intensamente marcadas pelo contexto internacional e pela conjuntura política brasileira. Nesse contexto, podem-se destacar as relações comerciais; a pressão quanto ao tráfico de escravos e a independência do Brasil. Assim, as relações bilaterais eram do interesse de ambos, mas havia uma importante assimetria devido ao fato de a Inglaterra ser a maior potência mundial.

Em 1808, no contexto das guerras napoleônicas, houve a transmigração da corte portuguesa para o Brasil, o que contou com o auxílio inglês em questões de política e segurança. Devido ao Bloqueio Continental imposto pela França à Inglaterra, esta tinha problemas para realizar comércio com o continente europeu, inclusive devido à guerra que lá acontecia. Nesse contexto, ganha importância para a Inglaterra o mercado brasileiro. Ao chegar ao Brasil, Dom João decretou a abertura dos portos às nações amigas. Apesar de essa medida ser benéfica para as importações provenientes da Inglaterra, não foi uma exigência inglesa. Ao contrário, tratava-se de medida baseada na ideologia liberal de Adam Smith, sugerida ao regente pelo Visconde de Cairu. À Inglaterra interessava obter vantagens especiais no comércio com o Brasil. Além disso, a Coroa portuguesa estava em dívida com a Inglaterra, devido ao auxílio na transmigração da Corte. Assim, em 1810, foram assinados tratados de amizade e comércio que davam diversas vantagens aos ingleses. Por exemplo, eles passavam a ter direito a serem julgados por um juiz conservador no Brasil, e suas importações pagavam taxa de apenas 15%, inferior inclusive aos produtos provenientes de Portugal. Com efeito, diversos autores consideram que esses foram tratados desiguais, devido à desproporção das cláusulas em favor da Inglaterra. É necessário considerar que Portugal já tinha relações muito próximas à Inglaterra e que lhe interessava esse tipo de relacionamento no contexto do sistema internacional, visto que Portugal era uma potência decadente e um país pequeno na Europa e havia-se aliado aos ingleses em diversas ocasiões nas guerras sistemas destes contra a França, o que tinha rendido algumas vantagens aos portugueses em relação à Espanha (aliada da França, em várias ocasiões).

Apesar de as relações bilaterais também serem relevantes para os ingleses, já na década de 1810 começaram atritos devido ao tráfico de escravos para o Brasil. No início do século XIX, começavam os movimentos internacionais pela abolição da escravidão, que era a base de trabalho para a grande lavoura brasileira. Há divergências sobre o motivo para os ingleses pressionarem por essa causa, um dos mais plausíveis parece ser a emergência do movimento Quacker, com campanhas de caráter humanitário pelo fim da escravidão. O tema ganhava relevância internacional e chegou a ser discutido no Congresso de Viena. Assim, o Brasil acabou consentindo com a Inglaterra em medidas como o direito de visita a embarcações suspeitas de estarem traficando escravos de certas regiões da África para o Brasil. Num primeiro momento, a supressão do tráfico foi geográfica (ao Norte do Equador), mas depois a pressão tornou-se generalizada, sobre todo o tráfico de escravos para o Brasil. Tanto as questões comerciais quanto a do tráfico de escravos foram retomadas quando da independência.

O Brasil tornou-se independente de Portugal em 1822 e passou a concentrar esforços de sua política externa na obtenção do reconhecimento nacional. Amado Cervo argumenta que o Brasil abriu mão de várias vantagens em negociações com a Inglaterra naquele período, pois à Inglaterra também interessava reconhecer o Brasil e normalizar relações. De fato, a Inglaterra tinha relações comerciais próximas com Portugal desde muito tempo, como demonstra o Tratado de Methuen (1703), e o Brasil era o maior mercado, a região com maior potencial

no império português. Consequentemente, não interessava à Inglaterra romper relações comerciais. O Brasil, porém, cedeu-lhe grandes vantagens no processo de reconhecimento. Em primeiro lugar, cabe ressaltar que a Inglaterra mediou o reconhecimento do Brasil por Portugal, contribuindo para que se chegasse a um tratado aceitável para ambos. Nesse sentido, foi importante o papel do inglês Charles Stuart, que representou os interesses portugueses na ocasião. A Inglaterra já teve vantagens com o tratado entre Brasil e Portugal, uma vez que o Brasil comprometeu-se a pagar uma indenização a Portugal, o que fez com empréstimo inglês. Apos esse tratado, passou-se à negociação do reconhecimento do Brasil pela Inglaterra (esta esperou estar concluído o processo com Portugal, devido à aliança antiga com este país). Nessa ocasião, interessava aos ingleses replicar com o Brasil independente o sistema de vantagens que a Inglaterra tivera quando o Brasil era colônia portuguesa. Desse modo, os tratados assinados replicam, em grande medida, o que já se tinha firmado em 1810. Os ingleses permanecem com a tarifa preferencial de 15% para suas importações para o Brasil, também permanecem com os direitos referentes ao juiz conservador, alem de liberdade de culto. Além disso, determinou-se que o Brasil extinguiria o tráfico de escravos 3 anos depois de ratificada a convenção (o que se deu em 1827). Percebe-se que os termos do tratado eram pouco vantajosos ao Brasil, o que pode ser explicado pela prioridade de ver a independência reconhecida pela maior potência da época, bem como pela não participação da sociedade brasileira no processo de negociação dos tratados. De fato, o Parlamento não participou da elaboração do dito tratado e muito o criticou posteriormente, chegando inclusive a estender a todas as demais nações a tarifa preferencial dada aos ingleses, o que prejudicou a arrecadação de impostos. Quanto à escravidão, criou-se um problema que iria repercutir ao longo do século XIX, sendo apenas resolvido com a Lei Eusébio de Queirós (1850). Em 1831, foi aprovada a abolição do tráfico de escravos, mas a medida não era do interesse da elite brasileira, portanto, não foi cumprida. Assim, geraram-se várias tensões bilaterais.

A Inglaterra também teve importância nas relações regionais do Brasil. É o caso da Guerra da Cisplatina entre Brasil e Argentina, que foi causada pela separação unilateral da província Cisplatina do Império do Brasil e sua posterior incorporação à Argentina. Como nenhuma das partes conseguiu vencer a guerra, a Inglaterra mediou o conflito, levando à independência do Uruguai, como um “algodão entre dois cristais” na região do Prata.

Apesar de as relações terem sido desequilibradas entre Brasil e Inglaterra, devido à maior força militar, política e econômica desta, foram relações úteis e importantes para o Brasil. Por exemplo, à Inglaterra de fato interessava a independência e a estabilidade do Império brasileiro, tanto por motivos econômicos quanto por ver com simpatia a única monarquia da América. Assim, na conjuntura da independência, foi importante o Memorando Polignac, com o qual a Inglaterra conseguiu compromisso francês de não intervir nas independências. Além disso, a Inglaterra foi o garantidor de fato da Doutrina Monroe, dos EUA, que estabelecia o princípio da América para os americanos e visava a afastar a interferência europeia dos processos de independência no continente. Na época, os EUA não tiveram condições bélicas de impedir essas intervenções, e foi o apoio inglês à Doutrina que a sustentou.

Desse modo, as relações entre Brasil e Inglaterra foram centrais para a política externa brasileira de 1808 a 1831 (da transferência da Corte ao fim do I Reinado). A Inglaterra era o principal mercado para as exportações brasileiras (ainda não havia ocorrido a grande expansão das exportações de café) e uma importante fonte de crédito. As relações, no entanto, foram marcados tanto pela diferença do poder de que os dois dispunham no sistema internacional quanto pela conjuntura interna instável no Brasil, que impunha algumas prioridades e restrições. Apesar disso, pode-se dizer que as relações eram importantes para ambos e que, apesar de pressões em vários momento, a Inglaterra tinha interesse de preservar a amizade do Brasil.

MENOR NOTA (11/30)

As relações entre a Inglaterra e o Brasil, no período entre 1808 e 1831, são, em grande medida, um reflexo da relação que existia entre Portugal e Inglaterra. Desde do final do século XVIII, Portugal havia se tornado crescentemente dependente da Inglaterra. Uma série de tratados comerciais foram assinados entre os dois países, consolidando a dependência de Portugal e culminando com o Tratado de Methuen de 1703. Ao mesmo tempo, Portugal conservava sua posição como potência colonial justamente devido à proteção inglesa. De acordo com Sinésio Goes, o mesmo diplomata inglês que negocia o Tratado de Methuen é aquele que promove a participação portuguesa na guerra entre Inglaterra e França no início do século XVIII, levando à assinatura dos tratados de Utrecht, em que se define a posse portuguesa de Sacramento e os limites entre as posses francesas e portuguesas na América do Sul. Essa relação de subordinação e proteção entre Portugal e Inglaterra estende-se por décadas, chegando até o início do século XIX.

A transmigração da corte portuguesa para o Brasil ocorre no contexto do bloqueio continental promovido por Napoleão. Como grande aliado da Inglaterra, Portugal não poderia respeitar a imposição francesa, restando a transmigração como forma de conservar o trono. A escolta dos navios portugueses é realizada pela marinha inglesa, e essa proteção afetará profundamente a relação da Inglaterra com o território brasileiro. Em 1810, assina-se um tratado entre ingleses e portugueses que concede amplos benefícios tarifários para os produtos ingleses, sacramentando o fim do exclusivo colonial. A Inglaterra, por sua vez, afirma que não reconhecerá nenhuma pessoa que proclame sua soberania sobre Portugal. Na medida em que as batalhas contra Napoleão avançam, o território de Portugal passa a ser administrado por um general inglês, e a Inglaterra consolida sua influência econômica no Brasil.

Após esse período inicial, D. João VI busca limitar de certa maneira a influência inglesa. No Congresso de Viena, os portugueses discordam das proposições inglesas de restrição da escravidão. No âmbito dos laços dinásticos, D. João VI demonstra sua intenção de afastar-se da Inglaterra ao casar seu filho, D. Pedro I, com uma princesa austríaca. No âmbito da América da Sul, o rei português contraria interesses ingleses ao promover incursões na Banda Oriental, levando à incorporação da Província Cisplatina em 1821.

Apesar desses esforços, a influência inglesa era por demais forte, sendo a subordinação portuguesa transferida para o Brasil no processo de independência. Apesar dos esforços de José Bonifácio, que afirmava que o reconhecimento da independência brasileira viria naturalmente com o tempo, o governo brasileiro buscou obter, por meio da concessão de benefícios, o reconhecimento de Portugal e da Inglaterra. As negociações com Portugal arrastaram-se por 3 anos, sendo que o acordo final entre Brasil e Portugal foi negociado por um plenipotenciário inglês. Um dos termos desse acordo referia-se ao pagamento de uma indenização a Portugal, sendo que os recursos seriam emprestados ao Brasil pela Inglaterra. O domínio inglês consolidou-se na assinatura dos Tratados de 1827, em que benefícios tarifários são concedidos para os bens ingleses e determina-se, em primeiro lugar, que cidadãos ingleses serão julgados por juízes especiais e, em segundo lugar, que o tráfico de escravas deverá ser proibido em até 3 anos. Essas determinações levam à Lei Feijó, de 1831, e a uma substancial redução dos impostos tarifários coletados pelo Brasil.

Se a influência econômica inglesa no Brasil foi institucionalizada em 1827, a influência política inglesa fica evidente no caso da Guerra Cisplatina de 1825 a 1828. Essa guerra surge a partir da reivindicação de independência da Cisplatina por parte de nacionalistas uruguaios

conhecidos como os “33 orientales”. Esse grupo solicita e obtém ajuda das Províncias Unidas, cujo sonho de recriação do Vice-Reino da Prata ainda estava vivo. O Brasil intervém na região, mas sofre várias derrotas em campo de batalha, criando um impasse militar em que nenhum dos lados conseguia obter uma vitória definitiva. Buscando defender seus interesses econômicos no Prata, a Inglaterra media o conflito, levando à conhecida solução do “algodão entre cristais”: a independência do Uruguai. Os interesses ingleses estavam protegidos, em um resultado que não agradava nem brasileiros nem argentinos. Além disso, a Inglaterra exigiu o pagamento de uma indenização pelo período de tempo em que o Brasil bloqueou o acesso à bacia do Prata.

As relações entre Brasil e Inglaterra no período entre 1808 e 1831 são caracterizadas pelos laços de subordinação que marcavam a relação entre Inglaterra e Portugal. Os ingleses tornam-se os principais parceiros econômicos e políticos do Brasil, havendo, nas décadas seguintes, momentos em que o Brasil busca limitar a influência inglesa, como no caso da tarifa Alves Branco, e momentos em que a Inglaterra impõe sua influência, cujo exemplo maior é a Lei Bill Aberdeen de 1845.

QUESTÃO 2

O Brasil manteve, na Primeira República, a política econômica da defesa das exportações, bem como a de atração de imigrantes e capitais. A respeito desse momento histórico, analise os seguintes aspectos:

- **iniciativas voltadas para a exportação de produtos brasileiros para a Europa;**
- **a mudança da lei alfandegária;**
- **as iniciativas no campo das imigrações.**

Extensão do texto: máximo de 90 linhas
[valor: 30 pontos]

JOÃO LUCAS IJINO SANTANA (25/30)

As políticas econômico-comerciais e imigratórias desenvolvidas por sucessivos governos ao longo da Primeira República denotam os interesses econômicos das oligarquias nacionais, em sua maioria, ligadas ao complexo agroexportador. Essa identidade de interesses entre elite política e elite econômica, embora nem sempre totalmente coincidentes, influenciou fortemente as iniciativas comerciais e imigratórias do Brasil em suas relações com os países europeus. Tais iniciativas concentraram-se em três frentes: política comercial, legislação alfandegária e política de imigração.

A Primeira República surge em contexto econômico marcado pela preponderância do café nas exportações brasileiras. O produto respondia por grande parte do comércio exterior brasileiro e sua defesa tornou-se uma constante ao longo de todo o período. A alta lucratividade, resultante da elevada demanda internacional pelo produto (Estados Unidos e Europa continental em plena *Belle Époque*) e dos ganhos de produtividade oriundos da introdução do trabalho remunerado em grande escala, em substituição ao trabalho cativo, geravam incentivos à expansão dos cafezais. Essa dinâmica, não raro, levaria a crises de superprodução que deprimiam o preço internacional do produto, levando a intervenções governamentais. Isso ocorreu em 1906 com o Convênio de Taubaté e em 1927 com a Caixa de Estabilização. No entanto, a República não foi só café. Tentativas de promover as exportações de outros produtos primários como o açúcar e a borracha (em plena expansão) podem ser associados à assimetria do Acordo de Reciprocidade Comercial Blaine-Mendonça – o primeiro dessa natureza desde os anos 1820 – por exemplo. No que diz respeito à borracha, é possível que a anexação negociada do Acre (Tratado de Petrópolis, 1903) tenha relação com a crescente importância comercial da extração do látex na Amazônia brasileira.

Gozando de um mercado cativo para seus produtos, notadamente café e borracha, no mercado estadunidense, a diplomacia comercial da Primeira República buscou expandir mercados na Europa. Para tanto, as legações brasileiras naquele continente adotaram estratégia de divulgação de nossos produtos em feiras internacionais. Em alguns casos, manifestou-se a preocupação de agentes diplomáticos brasileiros com a manutenção da qualidade do produto, a exemplo de José Maria da Silva Paranhos Junior – quando atuava junto ao governo de Berlim.

Do ponto de vista alfandegário, a Primeira República introduziu grandes inovações. Imbuída do espírito liberal e descentralizador, a Constituição de 1891 concedeu aos Estados federados a liberdade para tributar sobre suas respectivas exportações, reservando à união apenas os impostos de importação. Essa legislação possibilitou, na prática, que os Estados mais ligados ao complexo agroexportador desenvolvessem uma verdadeira "paradiplomacia financeiro-comercial", pois além de recolherem impostos de exportação, as unidades da federação podiam contrair empréstimos diretamente no exterior, independentemente da União.

Estatísticas da época relevam que os Estados comercialmente mais dinâmicos como São Paulo , Rio de Janeiro e Minas Gerais (exportadores de café) e o Acre (exportador de borracha) gozavam de mais acesso à liquidez internacional e, consequentemente, contraiam empréstimos mais vultosos. Entretanto, o lado negativo desse ativismo financeiro e comercial dos Estados foi o aumento substancial da dívida externa brasileira, sobretudo junto aos credores da city londrina. Ademais, a baixa capacidade de tributar do governo federal aumentou o descontrole das contas públicas, gerando sucessivas crises do balanço de pagamento.

No contexto do Encilhamento e das constantes crises de superprodução de café, o governo Campos Salles recorreu ao primeiro *Funding Loan* (1898) – um vigoroso plano de estabilização financeira de corte ortodoxo – a fim de recuperar o acesso do Brasil aos mercados internacionais de capitais. Diante de sua baixa capacidade tributária, o governo federal oferecia como garantia do empréstimo as rendas da alfândega do Rio de Janeiro.

A política de imigração da Primeira República traduz, igualmente, as preocupações do governo central em promover as exportações brasileiras, especialmente o café. Embora remonte às iniciativas de recrutamento de mão de obra europeia assalariada do Senador Vergueiro, uma política governamental sistemática e consciente para a imigração só ocorreria a partir dos anos 1870-1880, quando ficou claro que o fim do trabalho compulsório do elemento servil era uma questão de tempo.

Além da questão econômica, a imigração visou a um processo de "branqueamento" do elemento autóctone, em um contexto marcado pelo cientificismo e pelas doutrinas racistas e raciais de finais do século XIX. Influenciados por esse pensamento, autores como Oliveira Vianna defenderam a imigração como solução para supostos problemas raciais brasileiros.

Ao contrário do que ocorria na Argentina desde o governo Rocca (1880), a imigração para o Brasil gozou de pesados subsídios governamentais, que se puseram como uma necessidade frente às constantes queixas de imigrantes vindos para o Brasil com relação a maus tratos e péssimas condições de vida e de trabalho nas lavouras brasileiras. Ademais, desenvolveu-se verdadeira guerra propagandística entre a Argentina e o Brasil para atrair mão de obra europeia. Com efeito, a imigração em massa levou a constantes atritos entre o Brasil e chancelarias europeias. Exemplo cabal dessas tensões foi o decreto de naturalização emitido pelo Governo Provisório, contra o qual fizeram protestos contundentes os governos da Itália, Alemanha, Espanha e Portugal.

À guisa de conclusão, nota-se que tanto a política comercial, quanto a legislação alfandegária e a política de imigração da Primeira República atuaram em harmonia e de forma complementar. O objetivo último de todas elas foi realizar os interesses econômicos e ideológicos das oligarquias dominantes em um contexto de descentralização do poder e de enfraquecimento do poder central. Esse ideário perduraria hegemônico até a eclosão da Revolução de 1930.

VICTOR CAMPOS CIRNE (25/30)

A Primeira Repúbica representa um momento de tentativa de redefinição da inserção internacional brasileira. Para o grupo de republicanos históricos, sejam da vertente mais radical do Manifesto Republicano de 1870, sejam da vertente da Convenção de Itu de 1873, o Brasil era uma nação caracterizada pelo atraso, pelo insulamento internacional e pela escravidão. A Primeira República, tanto em sua geração original quanto na geração após a Primeira Guerra Mundial, buscou alterar esse panorama. Entretanto, a percepção de oportunidades foi exagerada e a implementação das políticas foi dificultada pela estrutura do Estado republicano, comprometendo o êxito dessas iniciativas.

No plano comercial, a integração com a economia norte-americana foi ainda mais aprofundada, em relação ao período imperial. A importância do café como produto de exportação é evidenciada pelo atrelamento de toda a estrutura econômica nacional com a produção cafeicultora. As políticas de defesa do café, iniciadas com o Convênio de Taubaté de 1906 e posteriormente nacionalizadas, eram o instrumento de política econômica primordial do governo republicano. As articulações cambiais da Caixa de Conversão, nos anos de 1910, e da Caixa de Estabilização, nos anos de 1920, realizavam uma correlação entre a moeda nacional, as divisas externas e as letras de crédito da venda do café.

Nesse contexto de definição da política de produção cafeicultora como fundamento da política econômica, a política comercial era definida pela promoção do café. A dependência em relação à demanda americana era uma preocupação válida do governo, como evidenciado após a crise de 1929. A propaganda do café na Europa era identificada como uma possibilidade e foi aventada no Brasil. O Itamaraty, inclusive, buscou o desenvolvimento de missões comerciais e de atividades de promoção comercial nos consulados. Não somente o governo central, mas também os governos estaduais, na ótica do federalismo econômico típico da Primeira República, empreenderam essas iniciativas. No caso dos estados não produtores de café, essa necessidade de elevação do comércio com a Europa era ainda mais clara.

Não obstante essas percepções, a exportação de produtos brasileiros para a Europa não foi relevante, com a crescente participação dos Estados Unidos no comércio exterior brasileiro. O Estado europeu com mais ligações comerciais com o Brasil, a Inglaterra, não era consumidor de café, e o tamanho da demanda americana, aliada à capacidade monopolística brasileira de definição de preços, desincentivava esses esforços.

Adicionalmente, a indefinição das atribuições de política econômica entre a União e os estados dificultava a implementação dessas iniciativas. Sombra Saraiva, ao descrever as articulações financeiras do estados, que tinham capacidade de contrair empréstimos internacionais e exerciam um tipo de "paradiplomacia econômica", caracteriza os problemas advindos dessa capacidade de fazer política econômica dos estados como políticas conflitantes e concentradas no curto prazo.

Apesar das dificuldades no comércio com a Europa, relativamente impermeável ao comércio com o Brasil e abastecida por produtos coloniais advindos dos territórios africanos e asiáticos, o Brasil empreendeu uma política alfandegária liberal. As concepções de política econômica da elite republicana, influenciada pela Escola de Manchester, defendiam o livre-comércio e o padrão-ouro. A capacidade brasileira de adesão a esse padrão foi intermitente, mas o liberalismo alfandegário foi efetivo, com a adoção de tarifas mais baixas.

A redução de tarifas ocasionou, à época, problemas não relacionados ao comércio. O padrão alfandegário baixo influenciou fortemente a exportação, especialmente de café, e a importação diversificada de bens de consumo, alimentos e maquinário. No entanto, a arrecadação dos governos estaduais e da União foi comprometida. Tendo em vista que os impostos de importação e de exportação eram os principais (inclusive com a contribuição do imposto de exportação sobre o café para a política de defesa do café), a adoção de tarifas baixas diminuiu a possibilidade de financiamento do setor público. Os governos estaduais, especialmente, sofreram com essa diminuição e mantiveram a política de cobranças de taxas interestaduais, disruptivas para a articulação do mercado interno nacional, e a busca de empréstimos no exterior descrita anteriormente.

Outro ponto de inflexão da sociedade brasileira, que teve êxito relativamente maior, foi a política de imigração. Ao contrário das políticas comercial e econômica, que foram crescentemente articuladas pelos governos estaduais e não pelo governo federal, a política de imigração brasileira teve um movimento inverso. O esforço imigratório, realizado principalmente pela província de São Paulo, no período imperial, foi sendo progressivamente encampado pelo governo federal.

O cenário internacional do início do século XX era favorável à imigração europeia, com as frentes de abertura agrícola no Novo Mundo, especialmente no Cone Sul e na Oceania, desincentivando grande parte da produção agrícola em países como Espanha, Itália e Alemanha, que não eram tão competitivos na produção de trigo e carne. No Brasil, a ideologia racista, tipificada na obra do Conde de Gobineau, era extremamente influente desde o final do século XIX. A elite republicana almejava o branqueamento da população brasileira e, em termos práticos, considerava que a constituição de um mercado de trabalho livre seria melhor realizada com imigrantes europeus do que com antigos escravos.

Nesse sentido, a União e os estados alteraram a prática de contratos privados entre patrões e imigrantes e subsidiaram a vinda de imigrantes europeus e japoneses, que começaram a se instalar em São Paulo desde os anos de 1900. As instituições de apoio, como a Casa do Imigrante em São Paulo, foram financiadas. Apesar de algumas controvérsias sobre o tratamento dos imigrantes, a ideia de fortalecimento da vocação agrária pela implantação de um mercado de trabalho livre suportou a grande expansão da produtividade agrícola do Brasil republicano e trouxe grandes contribuições para a sociedade brasileira.

Uma transformação radical da inserção internacional brasileira, com a modernização, a integração econômica diversificada e o branqueamento de sua população, não foi efetivamente empreendida pelo Brasil. Entretanto, a afirmação da capacidade agrícola e a renovação do mercado de trabalho em seu centro dinâmico foram possibilitadas devido, principalmente, a encampação dessas iniciativas por governos estaduais fortes e pela União.

GUILHERME RAFAEL RAICOSKI (24/30)

A marca estrutural fundamental da política externa brasileira na Primeira República foi a ênfase nas relações americanas, sobretudo no comércio com os Estados Unidos e na participação nas reuniões pan-americanas. O país, contudo, não se podia descuidar do restante de suas relações exteriores devido às características econômicas do Brasil entre 1889 e 1930: escassez de mão de obra e dependência do setor externo, sobretudo das exportações de café. Tais enquadramentos implicaram estratégias internas e externas para abrir o mercado europeu. Foram relações, contudo, desafiadoras devido ao perfil alfandegário brasileiro a partir de 1891 e à estratégia tarifária adotada a partir do governo Artur Bernardes. Por fim, as iniciativas de atração de imigrantes, a quase totalidade europeus, foram elementos central do ativismo diplomático brasileiro, em atenção, por um lado, às necessidades de mão de obra, e por outro, ao perfil do sistema intelectual brasileiro no período.

A estratégia de expansão da venda de produtos brasileiros na Europa envolvia o ativismo estatal no sentido de manter o preço internacional do café em patamar que mantivesse a renda dos cafeicultores - e, assim, o efeito multiplicador da cafeicultura na economia nacional - e de garantir a credibilidade macroeconômica interna para não gerar desconfianças a respeito da capacidade de pagamento do Brasil. Os planos de valorização do café, baseados, a partir do Convênio de Taubaté de 1906, pela compra dos excedentes de produção de modo a conter a oferta internacional e formar estoques reguladores para venda em entressafra, aumentavam os preços internacionais e permitiam firmar acordos aduaneiros em forma de listas de rebaixamento tarifário. Essa estratégia permitia a criação de vantagens comparativas, pois o café teria preço elevado que compensaria a entrada de produtos europeus. Ainda, a busca por estabelecer, ao menos parcialmente, o padrão-ouro, por meio da Caixa de Conversão e da Caixa de Estabilização, buscava legitimar o Brasil como ator comercial com credibilidade.

A estratégia externa envolveria a ação em várias frentes, como a negociação de acordos e a divulgação de produtos. O Brasil buscava participar nas grandes feiras internacionais e Exposições Universais, como as de Paris, com grandes estruturas e investimentos. Em seus espaços, o Brasil buscava mostrar aos europeus seus produtos, como o café, a borracha de látex de seringueira e frutos secos exóticos, como a castanha-do-pará. Ainda, o período da Primeira República foi marcado pela expansão da rede de missões consulares no continente europeu, presente em Moscou - até a revolução bolchevique - e outro polos comerciais como Hannover e Liverpool. Neste, em que atuou o Barão do Rio Branco, demonstravam-se os desafios da penetração do café no mercado inglês, diante do escasso hábito de consumo desse produto. As exportações para a França e Alemanha superavam aquelas para a Inglaterra, outrora o principal parceiro comercial brasileiro, mas que jamais foi grande importador do Brasil ao se levar em conta o porte do seu mercado.

A mudança ensejada pelo advento da República no âmbito político implicou alterações também na estrutura alfandegária. Na Constituição de 1891, a consagração do princípio federalista, com elevada autonomia para os estados, teve como corolário a definição de que a arrecadação de impostos de importação integraria a receita do estado exportador, enquanto os impostos de importação fariam parte da arrecadação federal. Tal fato implicou a concentração de receitas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, que escoavam o café, e, durante o ciclo da borracha, nos estados do Norte. Para manter suas receitas em patamar equivalente aos gastos, em contexto no qual a capilaridade da arrecadação tributária por meio de impostos de consumo e de renda era irrisória e inviável logisticamente, caberia ao governo federal não

liberalizar em excesso as tarifas de importação. A necessidade de tarifas de importação em patamar relativamente elevado tinha repercussões sociais relevantes. Embora em meados da Primeira República o Brasil já tivesse capacidade industrial instalada para suprir a maior parte da demanda interna de têxteis, o país ainda era extremamente dependente em relação à importação de bens primários. Aliado esse fato à socialização das perdas derivada da manutenção de um câmbio desvalorizado e de política inflacionárias para manter a renda do café, gerava-se carestia, sobretudo em centros urbanos emergentes. Essa carestia esteve na raiz da emergência do jacobinismo florianista e das grandes greves operárias de 1917. Até Vargas, de fato, o Brasil não realizaria seu "zollverein", padecendo o consumidor interno com altos custos gerados pela existência de impostos interestaduais, que gravavam múltiplas vezes o produto, do porto até o estado de consumo.

Na relação entre política alfandegária e a estratégia de expansão de mercados brasileira, há dois momentos em que o Brasil adota modelos diferentes de acordos comerciais. O primeiro é o de convênios aduaneiros, baseados em listas de desgravação negociadas país a país, inaugurado pelo Barão do Rio Branco em acordo firmado com os EUA em 1904. Esse modelo orientaria os acordos brasileiros até 1922, quando da transição entre Epitácio Pessoa e Artur Bernardes inicia o paradigma de acordos com cláusula da nação mais favorecida, que o Brasil firma com EUA, Espanha e Bélgica, entre outros. Por fim, não se pode olvidar o paradigma conjuntural da Primeira Guerra, em que o bloqueio marítimo alemão suspendeu o comércio com a Europa, o que fomentou o comércio de têxteis entre Brasil e União Sul-Africana, então vinculada ao Império Britânico.

Nas imigrações, uma variável fundamental era a hegemonia das ideias de embranquecimento e de hierarquia racial entre a intelectualidade, o que motivou políticas da "intelligentsia" nacional pelo fomento à imigração de europeus. No período, mais da metade dos cerca de 2 milhões de imigrantes que entraram no país eram italianos e portugueses. O incentivo à imigração era feito mediante negociações diretas entre cafeicultores e companhias de imigração no sul da Itália, espécie de "coiotes avant la lettre", de modo preponderante, com apoio dos consulados e missões diplomáticas locais. Nesse contexto, boa parte das iniciativas diplomáticas davam-se no plano defensivo. Esse perfil de atuação, em primeiro lugar, era determinado pela concorrência com EUA e Argentina. Este país, em plena fase de integração de terras indígenas para a lavoura de trigo, processo iniciado sob o presidente Roca, promovia ativa campanha de difamação do Brasil na Europa, associando-o à herança recente da escravidão, às más condições de trabalho no regime de colonato e instrumentalizando a ojeriza predominante na Europa em relação à predominância dos afrodescendentes na composição social brasileira. Em segundo lugar, o Brasil tinha de se contrapor aos protestos das próprias nações. Assim como a Alemanha, que proibiu por algum tempo a imigração para o Brasil, Itália e Portugal protestavam contra as condições frequentemente insalubres a que seus nacionais transmigrados eram submetidos.

As relações exteriores do Brasil pela atração de imigrantes e expansão do comércio foram elementos marcantes da Primeira República. As iniciativas foram temperadas e, não raro, obstaculizadas pelos desafios internos do Brasil, seja no tocante à sua composição social e os efeitos ideológicos decorrentes, seja na complexidade alfandegária derivada do federalismo econômico e dos imperativos orçamentários federais.

MENOR NOTA (11/30)

Ao longo da Primeira República, a atuação externa do Brasil esteve condicionada pelas transformações no sistema internacional e na sociedade brasileira. Após a Proclamação, jacobinos, positivistas e liberais disputaram o poder e a representação simbólica da República (a "formação das almas", segundo José Murilo de Carvalho). Superados os "anos entrópicos" (Lessa), a República se consolidaria durante o governo Campos Salles com a "política dos governadores", sendo assegurado o predomínio da oligarquia cafeicultora. A correlação de forças no âmbito interno teve forte impacto sobre a política externa do Brasil, tanto no contexto da atração de imigrantes e das questões alfandegárias quanto da promoção das exportações.

A defesa da entrada de imigrantes europeus remonta aos esforços do senador Vergueiro, ainda na primeira metade do século XIX. No entanto, a despeito de auxílios pontuais, somente após a Proclamação da República a atuação do Estado tornou-se fundamental nesta seara. A grande naturalização promovida em 1890 foi um marco fundamental nesse processo. Outro aspecto relevante foi a campanha externa pela atração de imigrantes. Apesar da Lei Adolfo Gordo de 1907 e da rivalidade com a Argentina nesse âmbito (denegriam a imagem do Brasil para atrair mais imigrantes), a campanha para atrair imigrantes foi mantida por período considerável.

A mão de obra estrangeira era desejada por vários motivos. Primeiramente, desde as últimas décadas do Império, ganharam relevância as teses evolucionistas. Concebia-se o negro como inferior, temia-se o exemplo do Haiti, e a entrada de europeus era amplamente defendida para tornar a população brasileira mais branca – vide o quadro "A Redenção de Cam". Ademais, a lavoura cafeeira expandia-se vertiginosamente e a mão de obra local era insuficiente. Alem da imigração de italianos – familiarizados com a rubiácea – cabe destacar a atração de asiáticos, sendo a chegada do Kasato Maru em 1908 marco relevante nesse processo, bem como a vinda de árabes e ibéricos, em boa medida pelas turbulências em seus países de origem.

Em uma república marcada pela agroexportação, as questões tarifárias e alfandegárias adquirem singular importância. Inicialmente, deve-se destacar que os Estados Unidos eram o principal consumidor do café brasileiro. No contexto da Tarifa McKinley, tornou-se necessário reduzir as tarifas de vários produtos norte-americanos, em troca da manutenção da isenção de tarifas ao café e da facilitação da entrada de outros produtos, como o açúcar. A despeito da efemeridade do acordo Blaine-Mendonça, o café brasileiro esteve isento de tarifas nos EUA durante a maior parte da Primeira República. Nesse contexto, houve pressão argentina para a equiparação entre as tarifas cobradas ao trigo norte-americano e o argentino, o que ensejou a "Guerra das Farinhas". Cabe destacar que, no âmbito alfandegário, a Constituição de 1891 conferiu grande autonomia aos Estados, os quais podiam coletar e manter tarifas de exportação, o que favoreceu sobremaneira as unidades agroexportadoras da federação.

Embora os Estados Unidos fossem o principal mercado do café brasileiro, sua demanda era insuficiente para absorver a produção nacional. Logo, fazia-se mister promover o café e outros produtos brasileiros – como a borracha, de grande importância na balança comercial até a Primeira Guerra Mundial. Iniciativa importante nesse processo foi a primazia conferia às representações do Brasil nos principais portos europeus, sendo que algumas legações de menor relevância comercial foram fechadas. Além disso, diplomatas brasileiros promoviam as exportações do países em diversas capitais -como o Barão do Rio Branco o fez em Berlim – e protestavam contra o embargo a alguns produtos brasileiros no contexto da Guerra.

Outra iniciativa importante voltada para a exportação de produtos brasileiros para a Europa foi o uso do café como colateral em empréstimos e barganha em negociações. No contexto do arrendamento de navios surtos, a França teve que adquirir grande quantidade de café brasileiro. A Alemanha tornara-se importante mercado, sendo a receita de venda retida nesse país tema fundamental para o Brasil em Versalhes. Ademais, destaca-se a ênfase conferida às exportações na gestão Mangabeira, ao final do período.

Ao longo da Primeira República, o Brasil tornou-se mais moderno e urbano. As migrações impactaram na constituição da sociedade brasileira, mas a defesa da agroexportação foi o norte da diplomacia brasileira. Ao final do período, consolidadas as fronteiras nacionais, a política externa brasileira estaria intrinsecamente relacionada aos imperativos do desenvolvimento nacional.

QUESTÃO 3

Disserte acerca da relevância do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) no que tange ao pensamento político e social brasileiro, bem como suas repercussões para os conceitos de política externa brasileira.

Extensão do texto: máximo de 60 linhas
[valor: 20 pontos]

RAFAEL BRAGA VELOSO PACHECO (18/20)

A fundação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), na década de 1950, foi determinante para a consolidação do pensamento político e social nacional, bem como para a formulação seguinte da política externa brasileira. Eram intensos os debates ideológicos acerca da Guerra Fria no país, com repercussão nos movimentos políticos e em movimentos sociais, que discutiam a maneira pela qual o Estado brasileiro deveria se comportar, tanto interna quanto externamente. O posicionamento do Iseb foi determinante para a continuidade do projeto nacional-desenvolvimentista, a qual consequentemente influenciou a política exterior do período, colocada a serviço dos interesses nacionais.

O Iseb foi fundado em 1955, na gestão do presidente Café Filho, com o objetivo de debater a política e a sociedade brasileiras, em momento de avanço da urbanização e da industrialização no país e de intensos debates ideológicos, fruto da Guerra Fria e do embate bipolar entre EUA e URSS.

Progressivamente, o pensamento político e social do Instituto foi-se identificando com grupos ligados ao nacional-desenvolvimentismo, projeto iniciado nos anos 1930, por Getúlio Vargas. Dessa maneira, o Iseb passou a advogar um desenvolvimento independente, não subordinado a interesses do capital estrangeiro e com base no fortalecimento do mercado interno nacional, que apresentava perspectivas de crescimento.

No âmbito interno, o Iseb identificou-se com o pensamento social e político de grupos denominados “nacionalistas”, em oposição a grupos favoráveis à participação do capital estrangeiro no desenvolvimento do país – chamados por Hélio Jaguaribe de “cosmopolitas”. Exemplificativamente, o pensamento do Iseb influenciou o trabalhismo do PTB e sua atuação na aprovação de nova Lei restringindo a remessa de lucros e dividendos de empresas estrangeiras no Brasil para o exterior e na criação da Eletrobras, nos moldes da aprovação da Petrobras, durante a gestão João Goulart (1962). Crescentemente, foram ocorrendo embates entre o pensamento do Iseb e o de grupos ligados ao capital estrangeiro, como Adep, Ibad e CIA. Esses movimentos também repercutiram na diplomacia nacional.

No contexto externo, o pensamento do Iseb influenciou a formulação de novos conceitos da diplomacia nacional, havendo o setor externo sido colocado a serviço do desenvolvimento do Brasil. Dessa forma, o nacional-desenvolvimentismo em certa medida associado à participação do capital estrangeiro de JK deu lugar à formulação de conceitos como o de inserção internacional autônoma do Brasil, pragmatismo, não alinhamento ideológico e diversificação de parcerias, que foram paradigmas, por exemplo, da Política Externa Independente (1961-1964) e do Pragmatismo Responsável e Ecumênico (1974-1979). Dessa forma, e visando ao interesse nacional, o Governo João Goulart restabeleceu relações diplomáticas com a URSS e com países do Leste Europeu (fortalecimento da Coleste no MRE), ao passo que Ernesto Geisel iniciou a consolidação da política africanista nacional e estabeleceu relações diplomáticas com a China comunista. Esses conceitos, em certa medida, permanecem até os dias atuais na política externa nacional.

A criação do Iseb, em 1955, foi determinante para a formulação do pensamento social e político nacional. Suas teses repercutiram nos contextos interno e externo brasileiros, havendo contribuído para o desenvolvimento e uma inserção internacional autônoma do país.

FERNANDA CARVALHO DAL PIAZ (17/20)

O historiador Jorge Ferreira caracterizou o período da República Liberal (1945-1964) como a polarização entre dois projetos de nação: o nacional-estatismo e o liberal-conservador. O primeiro projeto visava ao desenvolvimento nacional em bases autônomas, de preferência baseado no capital nacional. O Instituto Brasileiro de Estudos Brasileiros (Iseb), alinhava-se a esse pensamento. O projeto liberal conservador, por outro lado, era mais favorável ao capital estrangeiro.

O Iseb foi criado na década de 1950 e teve, como principal expoente, Hélio Jaguaribe. A instituição contribuiu sobremaneira para o pensamento político e social brasileiro do período, a partir da formulação de ideias e da discussão intelectual em torno de aspectos que favorecessem o desenvolvimento nacional autônomo. O Iseb, principal "think-tank" do projeto nacional-desenvolvimentista, priorizava a atração de capital nacional. No entanto, devido às restrições impostas pela legislação nacional a esse investimento (ex. Lei da Usura), o recurso ao capital estrangeiro era inevitável. O Iseb favorecia, então, a aplicação do capital estrangeiro, de preferência público, voltado ao investimento em setores estratégicos do Estado, como a infraestrutura. Além disso, o Iseb era forte defensor da industrialização por substituição de importações, estratégia que vinha sendo adotada pelo Brasil desde a década de 1930 e que advogava o papel ativo do Estado na promoção do desenvolvimento econômico.

Durante o governo JK, o Iseb teve importância, ainda que indireta, na formulação do plano econômico. O Programa de Metas embasou seu planejamento nos estudos da Comissão Mista Brasil-EUA e da Comissão CEPAL-BNDE. Enquanto a primeira contava com integrantes favoráveis ao pensamento liberal-conservador, como Roberto Campos, a segunda era mais favorável ao pensamento defendido pelo Iseb. O governo JK sintetizou as duas correntes e baseou seu programa no tripé capital público nacional, capital privado nacional e capital estrangeiro. O capital público nacional seria aplicado em áreas estratégicas, como a construção de estradas e a melhoria da infraestrutura energética, enquanto os capitais privados nacional e estrangeiro seriam responsáveis por alentar os "pontos de germinação". Convém notar que JK fez uso do arrefecimento do contexto do enfrentamento bipolar na Guerra Fria e de surgimento de novos parceiros para diversificar os investimentos no Brasil, como aqueles vindos da Europa e do Japão (ex.: Volkswagen – Alemanha). No entanto, JK ignorou o contexto de descolonização afro-asiática, o que poderia ter aumentado os ganhos do Brasil, conforme observou o historiador José Flávio Sombra Saraiva.

É nesse ponto que o pensamento do Iseb repercute nos conceitos de política externa. O instituto notou que a ênfase no americanismo limitava o comércio exterior do Brasil e os investimentos. Era preciso diversificar parcerias, indo além do "ensaio multilateral" de JK. O Iseb, que contribuíra para o "desenvolvimentismo" da PEB, por meio da instrumentalização da política externa para a obtenção dos objetivos econômicos, agora contribuía para o "universalismo" da Política Externa Independente (PEI). É nesse sentido que o governo Jânio Quadros busca aproveitar as vantagens da descolonização africana, por meio da retomada da política africanista, além de buscar estreitar os contatos com o leste europeu. Notório, nesse sentido, é o restabelecimento de relações diplomáticas com a URSS. A "desideologização" da PEI favoreceria o desenvolvimento brasileiro, na medida em que se abririam novos mercados consumidores de produtos brasileiros.

No entanto, as iniciativas da PEI não tiveram tempo de florescer no período (1961-64), mas estavam lançadas as bases para a continuidade do universalismo, da desideologização da

PEB e da diversificação de parcerias, entendidos como conceitos fundamentais pelo Iseb, para a continuidade do modelo de industrialização por substituição de importações, que encontrava limitações no mercado interno brasileiro para a absorção da produção.

Ainda que o golpe militar possa ser considerado a vitória do pensamento liberal-conservador (defendido por setores ligados a UDN, ao IPES e ao IBAD), os governos militares seguiram, com maior ou menor ênfase, os princípios da PEI. Mesmo o governo Castello Branco (“passo fora da cadência”) empreendeu missão comercial no Leste Europeu. No entanto, apenas no governo Geisel, a semente brotada na PEI floresceria com toda a força e se intensificariam os conceitos e as contribuições do Iseb para a PEB.

VICTOR CAMPOS CIRNE (17/20)

O ISEB foi uma instituição fundamental para o desenvolvimento do pensamento progressista e reformista brasileiro, influenciando gerações de intelectuais nas décadas posteriores. Sua atuação, no final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960, influenciada pela obra da CEPAL, ajudou a definir os contornos do nacional-desenvolvimentismo no Brasil. Apesar da rejeição a alguns preceitos do ISEB durante o regime militar, seu pensamento foi preponderante para a política externa brasileira até os anos de 1980 e tem grande influência hodierna.

No plano político, o pensamento isebiano era marcadamente democrático e desenvolvimentista. A participação popular era percebida como incipiente, naquele momento, e sujeita à influência do populismo. Apesar da adoção de algumas ideias autoritárias por algumas vertentes, o ISEB se caracterizava por uma concepção progressista de cunho tipicamente social-democrata. A política econômica defendida, majoritariamente, na instituição, tinha um caráter cepalino, defendendo o desenvolvimento pela industrialização de substituição de importações, com o crescimento do mercado interno, o suprimento das necessidades das classes baixas, e, internacionalmente, a integração produtiva na América Latina. Nesse contexto, a intervenção do Estado na economia era fundamental e o capital externo deveria ser incentivado quando fornecido por fontes públicas das nações desenvolvidas. O recurso ao capital privado internacional era, usualmente, rechaçado.

Socialmente, a concepção fundamental da instituição era a necessidade de distribuição de renda no Brasil. As desigualdades social, racial e regional eram consideradas entraves para o aperfeiçoamento da nação. Dentro do contexto de diminuição da desigualdade, a questão da terra era a principal. No âmbito do rol de políticas públicas defendidas no ISEB, a reforma agrária é, provavelmente, a primordial.

As macrovisões do ISEB definiriam, em grande parte, muitos aspectos da inserção internacional do Brasil nos anos de 1960, 1970 e 1980, aprofundando a lógica do nacional-desenvolvimentismo identificada por Amado Cervo. Em alguns momentos, como a PEI do início dos anos de 1960, essa influência foi maior. Em outros, como a "correção de rumos" do governo Castelo Branco, ela pode ser menos identificada. Adicionalmente, os princípios da ISEB têm repercussões em diversas diretrizes clássicas da diplomacia brasileira, que vão além da concepção temporal e que são preponderantes, inclusive, atualmente.

Notoriamente, a preocupação com o desenvolvimento nacional influenciou a lógica da política externa em prol do desenvolvimento. Do discurso dos "3 Ds", de Araújo Castro, à associação entre segurança e desenvolvimento presente na concepção de "Responsabilidade ao Proteger", o desenvolvimento do Brasil e do Sul global é um aspecto fundamental da política externa brasileira. Além de desenvolvimentista, a preocupação com a participação do Sul no sistema internacional é nitidamente democrática. O empenho pela promoção do multilateralismo e a compreensão da necessidade de legitimar a ordem e a regulação internacional, por meio da inclusão de todos os povos, permeia a defesa brasileira da autodeterminação dos povos, caracterizada, hodiernamente, pelo apoio ao reconhecimento internacional da Palestina. Essa participação do Sul não é considerada como válida por si só. A diminuição das desigualdades internacionais, o combate à lógica de congelamento de poder e o empoderamento do Sul pela reforma da sociedade internacional se coadunam com o pensamento do ISEB.

Além das questões da sociedade internacional, a ideia de integração econômica é desenvolvida pela diplomacia brasileira não somente nesse aspecto, mas como a integração polí-

tica dos povos da América, segundo o princípio consagrado na Constituição Federal de 1988, e implementado desde 1960, por iniciativas como a ALALC, a OTCA, o Mercosul e a UNASUL.

Efetivamente, a política externa brasileira, ao aliar a tradição diplomática com a renovação de seus princípios, foi uma das áreas de grande influência do pensamento isebiano, que, apesar de rechaçado implacavelmente pelo regime militar, em 1964, foi identificado como fundamental por esse mesmo regime, em momento posterior. A afirmação de uma ordem internacional mais inclusiva, multilateral, multipolar e reformista pode ser entendida como um objetivo do Brasil.

MENOR NOTA (0/20)

A análise do pensamento político e social brasileiro ao longo do século XX deve considerar a interação de diversas correntes e seus impactos na formação efetiva das diretrizes político-sociais no Brasil, interna e externamente. Nesse contexto, é importante ressaltar a mistura de influências – cada uma, em maior ou menor grau, contribuindo para a formação das instituições nacionais e para seu funcionamento. Exemplo relevante é a concorrência de diversas fontes intelectuais para a consolidação do país após a Revolução de 30 (modernismo, pensamento autoritário relacionado a Alberto Torres, Igreja Católica e conservadorismo) e também depois do Golpe de 1964, em que muitas dessas tradições serão resgatadas. A partir, pelo menos, do processo de abertura do regime militar nas décadas de 1970 e 1980, ganha espaço uma nova e significativa influência: o Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

Embora haja precedentes notáveis com as doutrinas liberais no Brasil do século XIX e com o período democrático entre 1945 e 1964, as ideias sociais democráticas não haviam ganhado, até a década de 1970, expressão contundente e perspectiva operacional efetiva. Nesse sentido, ganha destaque a progressiva influência do pensamento desenvolvido no ISEB sobre os movimentos democráticos de oposição à ditadura e, à primeira vista surpreendentemente, sobre a política externa desenvolvida ao final do regime.

O pensamento no âmbito do ISEB enfatiza ideias que eram, muitas vezes, opostas às do regime vigente. Notadamente, a defesa de instituições democráticas não se alinhava com o setor mais radical da ditadura. No entanto, principalmente no que tange à política externa e a seus conceitos, o pensamento dos intelectuais ligados ao ISEB coincidia com várias iniciativas levadas a cabo pelo governo Geisel e sua estratégia de "pragmatismo responsável", por exemplo o universalismo, a defesa da descolonização, da autodeterminação dos povos, apoio às reivindicações terceiro-mundistas e, sobretudo, a defesa do desenvolvimento.

A aparente contradição entre a convergência com o pensamento isebiano na política externa e a divergência, pelo menos em parte, com esse pensamento no plano político interno pode ser explicada por uma análise dos meios que guiaram o processo de abertura do regime. A política externa foi, nesse contexto, uma forma de teste e de ensaio para a abertura interna. A necessidade de defesa do interesse nacional em questões como a restrição energética da década de 70 foi justificativa para a tomada de posição universalista. A resistência interna não se manifestaria, devido ao risco de parecer contrária aos interesses nacionais, um risco que a linha dura não queria correr.

Nesse contexto, adotaram-se fórmulas de inserção externa derivadas do pensamento do ISEB, empreendendo-se iniciativas globalistas, de aproximação com países comunistas como a China, de apoio aos pleitos do terceiro mundo, por exemplo. Internamente, tentava-se garantir um processo de transição gradual e segura, enfrentando, por um lado, a oposição da direita (linha dura) e, por outro lado, da esquerda, aí incluídos diversos setores heterogêneos, com a participação notável da sociedade civil (OAB, ABI, por exemplo) e com o aproveitamento das ideias democráticas e sociais do ISEB.

Ao final dos governos militares, com a transição definitiva para a democracia, houve, enfim, convergência dos planos externo e interno, com a busca de adequação de alguns pontos da diplomacia brasileira à situação democrática, em conformidade como o que se defendia no âmbito do ISEB. Exemplos marcantes são as adesões aos regimes internacionais de proteção aos direitos humanos e de defesa do meio ambiente, concretizadas nos governos subse-

quentes dos presidentes José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco. Notavelmente, haverá também a adesão ao regime internacional de desarmamento e não proliferação (ratificação do TNP) por Fernando Henrique Cardoso, consolidando a transição e efetivando a realização dos conceitos de política externa do ISEB.

QUESTÃO 4

A Petrobras completa, em 2013, sessenta anos de sua criação. Comente sua evolução histórica na formação do cenário brasileiro nos anos 1970 e na política externa nacional desse período.

Extensão do texto: máximo de 60 linhas
[valor: 20 pontos]

FELIPE NEVES CAETANO RIBEIRO (15/20)

Em 2013, o lema "O petróleo é nosso" ecoou nos meios de comunicação no contexto de leilões para exploração dos recursos do Campo de Libra, no Pré-sal. Esse fato demonstra a maneira como a criação da Petrobrás e sua história permanecem vivas na memória coletiva nacional, o que se atribui a sua importante atuação desde 1953 até a década de 1970, chegando aos dias atuais. Na formação do cenário brasileiro nos anos 1970, a Petrobrás foi importante para a alavancagem do desenvolvimento, para o pragmatismo e para o interesse nacional, que caracterizaram a política externa do período.

As origens da Petrobrás são importantes para a compreensão do protagonismo assumido por essa empresa, desde sua criação até a década de 1970. Em 1938, encontram-se as primeiras reservas de petróleo no Brasil na região do Recôncavo Baiano, o que suscita debates acerca da exploração desse recurso. Em 1946, a nova Constituição autorizava uma exploração conjunta dos recursos do subsolo, o que, somado às novas descobertas de reservas de hidrocarbonetos, levou à criação do Centro de Estudos e de Defesa do Petróleo, com sede no automóvel clube no Rio de Janeiro, que lançaria a campanha "O Petróleo é nosso", já no segundo governo Vargas. Essa campanha, uma das maiores manifestações públicas da história nacional, dividiu a sociedade e criou divergências dentro de importantes partidos políticos, como a UDN, resultando na criação da Petrobrás, por meio da Lei nº 2004/53.

A partir de sua criação, a Petrobrás tornou-se um emblema do desenvolvimentismo, que foi a tônica da política externa brasileira após 1950. No final da década de 1960, a descoberta pela Petrobrás de reservas de petróleo "offshore" na costa de Alagoas-Sergipe, no campo de Guaricema, prenunciava a expansão das atividades petrolíferas brasileiras. Em um momento em que a conjuntura internacional se caracterizava pela concentração da produção petrolífera no Oriente Médio, como evidenciaria o choque do petróleo de 1973, as descobertas de reservas em 1968 impulsionaram o Brasil a conscientizar-se de sua vulnerabilidade energética e a buscar a diversificação de parcerias, bem como o aprimoramento da produção e da exploração interna.

Durante os governos Médici e Geisel, a Petrobrás ganha um novo protagonismo, que se reflete na política externa do interesse nacional e do pragmatismo responsável e ecumênico. As reservas encontradas pela Petrobrás na Bacia de Campos, no campo de Garoupa, abriram espaço para uma política externa dos hidrocarbonetos, que influenciava o Itamaraty a buscar parceiros no Oriente Médio e na África. Dessa forma, o estabelecimento de relações diplomáticas com os Emirados Árabes Unidos e com o Sultanato de Omã, bem como a busca de uma guinada para a África, exemplificada pela aproximação com Angola e com a Nigéria, é influenciada também pela incipiente percepção da necessidade de internacionalizar a Petrobrás, levando-a à Ásia e à África.

Além da diversificação de parcerias, influenciada pelo desenvolvimento crescente da Petrobrás, é imprescindível destacar sua relevância para a autoconfiança das empresas nacionais e para sua internacionalização. No contexto do IIº PND, a obtenção de empréstimos externos ficou a cargo das empresas públicas, detentoras de maior credibilidade, destacando-se o crescimento da influência da Petrobrás. A partir da década de 1970, a exploração conjunta de campos e de poços em outros países contribuiu para internacionalizar a marca "Brasil", além de favorecer o desenvolvimento da cooperação técnica, englobando o setor privado nacional.

No marco de seus 60 anos, reconhece-se a importância da Petrobrás para o desenvolvimento e para a política interna e externa nacional. Pode-se considerar que essa empresa atuou como um elo desenvolvimentista, responsável, em certa medida, pelo reforço de traços de continuidade na política interna e externa nacional, ao favorecer o pragmatismo, a autonomia e, sobretudo, o desenvolvimento como aspecto norteador da política externa brasileira.

GUILHERME RAFAEL RAICOSKI (15/20)

A formação da Petrobrás pela lei 1004/54, no contexto do governo Vargas, foi elemento protagonista no debate nacional acerca do manejo dos recursos estratégicos. A ela se concedeu o monopólio de exploração, prospecção, refino e venda para distribuidoras. Até a década de 1970, suas atuações na exploração dos recursos petrolíferos nacionais foi limitada pela falta de recursos financeiros, diante da situação permanentemente instável do balanço de pagamentos até o PAEG, e pelas limitações tecnológicas, em momento no qual a industrialização por substituição de importações ainda não alcançara o patamar de promoção da independência tecnológica. Sua grande evolução nos anos 1970 relaciona-se, por um lado, à estratégia de desenvolvimentista de Médici e de Geisel e, por outro, às necessidades de renovado ativismo na política externa devido a fatores do sistema internacional.

No início da década de 1970, as atividades da Petrobrás mantinham-se concentradas na importação de petróleo e de derivados, algum refino e distribuição e exploração de alguns poços no Nordeste brasileiro. O baixo preço do petróleo no mercado internacional, somado às necessidades crescentes de combustível para uma frota de milhões de automóveis e de óleo diesel para a indústria do país em pleno Milagre Econômico, tornaram custosa e pouco competitiva a potencial ampliação das atividades da Petrobrás. Não obstante, o choque do petróleo de 1973, desencadeado pela OPEP em resposta à Guerra do Yon Kippur e do envolvimento de Israel e EUA, quadruplicou o preço do petróleo e gerou deterioração das transações correntes brasileiras, passando a importação de petróleo a representar mais da metade dos gastos brasileiros com importados na balança comercial. Médici e, em seguida, Geisel iniciam o projeto de prospecção de petróleo na plataforma continental e em águas profundas.

A defesa das reservas de petróleo a serem exploradas pela Petrobrás envolvia a expansão do mar territorial brasileiro. Médici, sob protestos dos Estados Unidos, decreta unilateralmente a expansão do mar territorial brasileiro para 200 milhas náuticas a partir da costa, destacando navios de guerra para proteger a soberania. Tal gestão diplomática, capitaneada por Gibson Barboza, seria base para as iniciativas de Geisel no II PND, que dispendeu recursos para a formação de tecnologia nacional para a exploração de petróleo no fundo marinho. Assim, de modo a reduzir a dependência do petróleo importado, com preço sujeito a flutuações em face de instabilidades no sistema internacional, fortalece-se a Petrobrás para que ela atue no contexto interno com vistas a promover maior autonomia energética.

As iniciativas, contudo, não frutificaram de maneira contundente senão no longo prazo. As necessidades imediatas de petróleo levaram o chanceler Azeredo da Silveira a ativa diplomacia energética. Em primeiro lugar, buscou-se a formação e ampliação de relações diplomáticas e comerciais com nações do Norte da África e do Oriente Médio. Em segundo lugar, buscou-se uma nova política africana nas diretrizes do Pragmatismo Responsável e Ecumênico. No início da década de 1970, a Nigéria incluíra o Brasil em uma lista de nações que poderiam ser alvo de embargo no comércio de petróleo. Essa postura era consequência da política ambígua do Brasil na África, da leniência prática em relação ao apartheid e à questão da Namíbia, no contexto sul-africano, e do apoio tácito à tese dos territórios ultramarinos portugueses e do lusotropicalismo. O Brasil, autonomamente e instrumentalizando discurso culturalista, busca a aproximação dos países africanos. Angola, onde havia reservas petrolíferas conhecidas, é reconhecida pelo Brasil sob o regime marxista do MPLA de Agostinho Neto. Esse fato revela o interesse brasileiro em buscar novos fornecedores de petróleo para que a Petrobrás pudesse suprir a demanda interna.

No contexto do II PND, pode-se citar, ainda, o investimento em novas refinarias pela Petrobrás, como o Polo Petroquímico de Camaçari, no Nordeste, com vistas a reduzir o dispêndio com derivados de petróleo.

Essa atuação renovada da Petrobrás gerou certos constrangimentos entre Médici, Geisel e presidentes dos EUA. A aproximação de países de orientação socialista, o fechamento da plataforma continental brasileira à atuação de firmas dos EUA e a postura autônoma brasileira somaram-se a outros desafios, como a questão dos direitos humanos, para promover progressivo afastamento entre os dois países.

A atual liderança mundial da Petrobrás em sua tecnologia de exploração de petróleo em águas profundas, que agora alcança novo capítulo com o pré-sal, deriva das decisões que expandiram as ações da Petrobrás na década de 1970. Por meio de ações de curto prazo de cunho diplomático para diversificação de fornecedores e de longo prazo para desenvolver exploração autônoma, o Brasil abriu caminho para a autonomia.

VISMAR RAVAGNANI DUARTE SILVA (14/20)

A Petrobras foi criada no contexto interno conturbado do final do segundo governo de Getúlio Vargas. Na época, a discussão era, principalmente, sobre o monopólio da estatal sobre a extração e/ou refino do petróleo brasileiro. Deveria o Brasil se preocupar em garantir, monopolisticamente, o controle econômico sobre o mercado petrolífero, ou adotar a estratégia de simplesmente comprar óleo estrangeiro barato e oferecer as reservas nacionais às empresas de outros países, sem o ônus de ter a responsabilidade de desenvolver tecnologia na área? Esse debate foi significativamente alterado com a mudança do contexto internacional, com a grande delevação dos preços internacionais do petróleo na década de 1970, o que teve impacto na política externa brasileira desse período.

Em seus primeiros vinte anos de existência, a Petrobras desempenhou um papel na extração de petróleo no continente e também na formação de know-how técnico nas áreas de prospecção, extração e refino. No entanto, devido aos preços significativamente baixos do mercado internacional, a demanda energética para o desenvolvimento brasileiro – especialmente durante os anos do "milagre" – foi suprida em grande parte pelas importações. A dependência nacional em relação ao petróleo importado cresceu, o que, nas previsões da época, não chegava a representar grande risco. Nos anos 70, com dois choques do petróleo, viu-se que essa ideia era equivocada, e passou-se a desenvolver estratégias direcionadas a mitigar os efeitos negativos da elevação dos preços e a garantir o suprimento necessário do produto.

Antes de assumir a presidência do país, Ernesto Geisel tinha sido presidente da Petrobras. Sua escolha como sucessor de Médici evidencia não só preocupações políticas em si, mas também um viés técnico. Valorizava-se notavelmente o setor energético, fundamental ao desenvolvimento do país. Isso teve efeitos positivos tanto na política interna (prospecção de petróleo no mar) quanto externa.

A política exterior brasileira dos anos 70, tendo em vista a restrição energética, guia-se significativamente por estratégias que visam a garantir o desenvolvimento do país por meio do acesso à energia. Nesse sentido, destaca-se o projeto de construção de Itaipu e a aproximação com os países árabes no âmbito do universalismo característica à política do "pragmatismo ecumênico e responsável".

O projeto de Itaipu gerou grandes tensões com a vizinha Argentina, cujo projeto de construção de outra hidrelétrica no mesmo rio (a de Corpus) ficaria, segundo os argentinos, comprometido. O contencioso durou todo o governo Geisel e só foi resolvido em 1979, com acordo que tornaria possíveis ambos os projetos. A aproximação com os países árabes, por outro lado, visava a melhorar as garantias de fornecimento externo de petróleo. Nesse sentido, foi significativo o apoio à causa palestina e a condenação do sionismo como racismo no ONU em 1975, o que aproximou o Brasil da agenda externa dos Estados árabes.

Significativos foram também os avanços no desenvolvimento de outras fontes de energia, notadamente a energia nuclear, sobre a qual versa um acordo com a Alemanha (1975) de construção de usinas no Brasil, o que gerou desconfianças no EUA em relação a possíveis ambições militares brasileiras na área. Houve também o Pro-álcool, destinado a estimular o uso do etanol como combustível e reduzir a dependência em relação ao petróleo.

O debate sobre se deveria haver ou não monopólio da Petrobrás na década de 1950, assim como se essa empresa deveria assumir a responsabilidade de avanço tecnológico na área, foi respondido na década de 1970 positivamente. O papel da Petrobrás na garantia futura de maior estabilidade, por meio da pesquisa que favorecesse a exploração máxima do potencial brasileiro, revelou-se fundamental no contexto restritivo que se consolidou depois dos

choques. A política externa, nesse contexto, beneficiou-se muito desse papel, tendo em vista, em médio prazo, não só a diminuição da dependência externa, mas também até mesmo a significativa internacionalização da Petrobrás posteriormente, investindo em grande quantidade de países em todos os continentes, concretizando e fundamentando o universalismo da política exterior do Brasil até os dias de hoje.

MENOR NOTA (10/20)

A questão do petróleo gerou debates acirrados no cenário político brasileiro desde, pelo menos, a Era Vargas (1930-1945). A ascensão de grupos nacionalistas ao poder lançou o debate sobre as condições para a exploração do petróleo no território nacional. De um lado estavam os defensores do monopólio estatal (como Horta Barbosa e outros militares); de outro, os defensores da exploração estrangeira (liberais, representados, principalmente, por Monteiro Lobato). A criação da Petrobrás, no entanto, só ocorre no segundo governo Vargas (1951-54), quando se garante o monopólio estatal, com apoio, inclusive, da UDN.

A evolução histórica da Petrobrás passa pelos debates sobre o modelo de exploração do petróleo, citados acima, e pela descoberta, prospecção e início da exploração de novas jazidas, cujo marco foi a descoberta da jazida de Lobato-BA, no final dos anos 1930. No entanto, até a década de 1970, o Brasil foi forte importador de petróleo, devido tanto aos baixos preços do produto no mercado internacional, quanto à dependência do petróleo para industrialização e para o desenvolvimento econômico brasileiro. No entanto, com o choque do petróleo em 1972, a capacidade importadora do Brasil reduziu-se significativamente, o que teve impactos significativos na política externa do período.

O governo Geisel (1974-79) herdou os efeitos do choque do petróleo e da "crise do milagre econômico", os quais comprometeram o crescimento econômico brasileiro e poderiam, como consequência, desestabilizar o processo de abertura "lenta, gradual e segura" que o presidente almejava iniciar. Para evitar uma crise econômico-política, Geisel empreendeu um crescimento econômico em "marcha forçada", aproveitando-se da liquidez internacional (petrodólares) e instrumentalizando a política externa de modo a diversificar parcerias, para garantir fornecimento de petróleo ou de fontes alternativas de energia.

A "política externa pragmática e ecumênica" buscou novos parceiros na África, incentivada, conforme evidenciou Flávio Sombra Saraiva, pela crise do petróleo, dando início à "era de ouro" da política africanista do Brasil. A PEB estreitou contatos com Angola (reconhecendo sua independência em 1974) e com a Nigéria. Além de objetivar importar petróleo, o Brasil se ofereceu como fornecedor de "tecnologia tropical adaptada", para esses países que possuem condições físicas semelhantes às brasileiras. Além da África, a política externa buscou novos parceiros no Oriente Médio. A PEB empreendida por Geisel deu continuidade e aprofundou os ideais da Política Externa Independentes (PEI), mas, ao contrário desta, enfatizou o bilateralismo. No entanto, para aproximar-se dos países árabes, o governo Geisel, por vezes, utilizou-se do âmbito multilateral (ex.: apoio ao voto antissionista na ONU), para estreitar os contatos bilaterais. A estratégia de Geisel deu certo e o comércio entre o Brasil e os países árabes, como o Iraque, se intensificou.

No entanto, apenas a diversificação de parcerias não foi suficiente para superar o problema decorrente do encarecimento do preço do petróleo no mercado internacional. Geisel, portanto, deu alento à prospecção de novas reservas de petróleo no território nacional, fortalecendo o papel da Petrobrás, além de investir em fontes alternativas de energia, como o Proálcool, a exploração de carvão em Santa Catarina e a energia nuclear.

No tocante à energia nuclear, observou-se iniciativa de política externa que representou o auge do pragmatismo da política externa dos anos 1970. O Brasil rompeu o acordo nuclear com os EUA (parceiro tradicional desde a década de 1950, quando se fundou o CNPq), pois estes resistiam à transferência de tecnologia, e assinou acordo com a Alemanha Ociden-

tal, apesar da forte oposição americana. No mesmo período, o Brasil rompeu o acordo militar Brasil-EUA, sem efeito prático, mas de significativo efeito simbólico de afastar a influência americana naquilo que limitava a busca do desenvolvimento autônomo brasileiro.

Conclui-se que o governo Geisel instrumentalizou a PEB para dar continuidade ao crescimento brasileiro, baseado na industrialização por substituição de importações, e cujo foco, nos anos 1970, foi o investimento no setor energético. Os incentivos à prospecção e à produção de petróleo levariam tanto à autossuficiência brasileira no insumo e a descoberta das reservas do pré-sal, já no século XXI. Os investimentos em outros tipos de energia levariam à diversificação da matriz energética brasileira e à redução da dependência do petróleo. De ambos os lados, as iniciativas de política interna e externa do período, juntamente com o fortalecimento da Petrobrás, contribuíram para consolidar o Brasil como potência energética do século XXI.